

Assédio Moral no COTIL, recondução em cargos administrativos e reforma dos Estatutos da Unicamp

Foi anunciado recentemente em boletim do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) e pela imprensa da cidade de Limeira que um grupo significativo de professores, funcionários e estudantes entrou com uma ação no Ministério Público do Trabalho (MPT), através do STU, em função do assédio moral que vêm sofrendo por parte da direção geral do Colégio Técnico de Limeira (COTIL). A ADunicamp tem acompanhado todos os casos como esse e apoiado as ações para inibir essa prática no seio da Universidade.

O assédio moral tem sido objeto de preocupação e discussão de diversos setores da sociedade brasileira e da comunidade internacional, pois se transformou num dos maiores problemas trabalhistas da atualidade. Segundo o prof. Roberto Heloani (Faculdade de Educação), Maria Ester Freitas e Margarida Barreto, o assédio moral “é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger e demolir psicologicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional” (O assédio moral no trabalho, Editora Cengage, 2008).

A dificuldade de combater esta prática perversa está na própria natureza de sua expressão. Em geral, as vítimas demoram para perceber que estão sofrendo assédio e quando percebem já se encontram em estado de adoecimento ou isolamento social. Para inibir o assédio é necessário que as pessoas se unam em seu ambiente de trabalho, procurem seus direitos, acolham as vítimas, publicizem a situação, recorram aos sindicatos e aos órgãos de defesa trabalhista.

Muitas vezes, em casos de instituições públicas como a Unicamp, o assédio moral está a serviço de

disputas pelo poder, servindo não raro para a exclusão de determinados grupos e a perpetuação de outros nos postos relevantes. Embora as normas gerais da Unicamp não permitam a recondução para diversos cargos administrativos, são omissas em relação a alguns outros, como no caso dos colégios técnicos. No COTUCA, as normas internas equacionam essa questão. No COTIL, não.

Note-se que está em curso um processo de discussão dos Estatutos da Unicamp e de seu Regimento Interno, no qual será possível, com nossa participação, abolir de modo geral a prática da recondução reiterada a cargos administrativos na Universidade. Isso certamente contribuiria para a consolidação de práticas mais democráticas no seio da instituição. Como é de conhecimento geral, a ADunicamp está conclamando a comunidade docente a participar ativamente desse debate e a propor regras concretas que não apenas ajudem a excluir o chamado “entulho autoritário” herdado do período em que as normas atuais foram redigidas (em pleno regime militar), como também a assinalar em direção ao futuro: que Universidade queremos continuar a construir.

Nesse contexto, urge combater todas e quaisquer práticas autoritárias que, por mais que possam eventualmente ser “legais” nos termos das regras atuais, há muito perderam a legitimidade, se medidas por parâmetros de uma sociedade realmente democrática. Isso inclui, obviamente, o repúdio veemente a práticas como o assédio moral nas disputas pelo poder ou em seu exercício.

A ADunicamp conclama a comunidade acadêmica a estar atenta na defesa de uma Universidade realmente democrática e gerida tendo o interesse público como baliza, e continuará dando todo o apoio necessário aos docentes que sofreram ou vierem a sofrer assédio.